

Cidade Instanciada: proposta conceitual de produção de espaços inclusivos para o acolhimento de refugiados

Márcio Costa^a

Resumo

O presente artigo tem como base a reflexão desenvolvida para a dissertação de Mestrado em Arquitetura sobre o acolhimento em campos de refugiados e sobre o desenho conceptual de uma solução alternativa, que tem subjacente a construção do direito à cidade e de um habitat condigno. Parte-se de breves noções teóricas e da referência a práticas exploratórias em diferentes contextos mundiais. Com base nestes elementos, descreve-se uma proposta conceptual de intervenção, que visa contribuir para uma melhor qualidade de vida e habitabilidade para os refugiados.

Palavra-Chave

Zona de conflitos, Cidade instanciada, Campo de refugiados, Temporário/Permanente.

Abstract

The present article is based on the reflection developed for the dissertation of the Master's Degree in Architecture on the reception of people in refugee camps, and seeks to contribute to the conceptual design of an alternative solution that responds to the right to the city and to a suitable habitat. The paper begins with brief theoretical notions and refers to exploratory practices in different world contexts. Based on these elements, a conceptual proposal for intervention is described, which aims to contribute to a better quality of life and livability for the refugees.

Keywords

Conflict zone, Instantiated city, Refugee camp, Temporary/Permanent.

Introdução

A crescente vaga global de refugiados¹, as péssimas condições de receção, os débeis assentamentos e abrigos temporários (Costa, 2016), bem como a posição dominante de que os refugiados devem desaparecer, ligada à indiferença de muitos governos (Tríer, 1995), conduziram à escolha deste tema e à vontade de contribuir para pensar numa solução.

O principal objetivo da pesquisa que deu origem a este texto (Costa, 2016)² foi sublinhar o papel do arquiteto e urbanista na procura de uma solução mais adequada a esta problemática, nomeadamente contribuindo para a conceção de modelos morfotipológicos de acolhimento mais respeitadores do direito à cidade, que permitam uma maior qualidade de vida e ofereçam melhores condições de habitabilidade, onde os refugiados sejam coautores da produção do seu espaço

de habitar. Subjacente, estava a perceção de que nos campos de refugiados não se tem respeitado o direito à cidadania e o direito à cidade. Colocou-se assim a questão de saber como assegurar um novo processo, um novo desenho e uma nova gestão que contribuísse para o acesso a estes direitos.

A metodologia utilizada privilegia a abordagem qualitativa, aplicando uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação. Especificamente recorreu-se à recolha e análise documental, bibliográfica e cartográfica, bem como à observação direta e à realização de entrevistas exploratórias a informantes privilegiados para perceber o fenómeno estudado nas suas múltiplas dimensões, embora focando o contexto urbano e habitacional.

Neste texto, num primeiro momento, procede-se a um breve enquadramento da temática e a uma sucinta abordagem às noções que enquadram a proposta: paradigmas urbanísticos, mo-

^a Arquiteto e mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, técnico de construção civil, especializado em medições e orçamentos com experiência em preparação, acompanhamento e direção de obra. Colaborador do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CI-AUD/FA-UL). Email: marciocosta@sapo.pt.

¹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf> [Cons. 01/03/2017].

² Dissertação de Mestrado em Arquitetura desenvolvida em 2016, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

delos conceptuais urbanos, formas da aglomeração urbana, bairros ditos “informais”, integração dos refugiados e direito à cidade. Exploram-se igualmente exemplos de campos de refugiados, em diferentes contextos, bem como de abrigos temporários de emergência. Tendo como base este quadro teórico e empírico de referência, apresenta-se a proposta concetual desenvolvida.

Enquadramento da temática

As deslocções forçadas marcam a história da humanidade, mas só após a convenção de Genebra, em 1951, surgiu o estatuto de refugiado³, definindo a obrigação legal dos Estados signatários. Em 1967, com o protocolo⁴ relativo ao estatuto dos refugiados, foram removidas as restrições geográficas e temporais que existiam até então. Outras convenções e declarações foram realizadas posteriormente, como a convenção da Organização da Unidade Africana (OUA)⁵, a Declaração de Cartagena das Índias (DCI)⁶ e a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁷, dando origem a um “manifesto” mais alargado.

Os fluxos de refugiados estão relacionados maioritariamente com interesses políticos, étnicos ou religiosos (ACNUR, 2000), bem como com a multiplicação de conflitos nos últimos 10 anos, alguns deles particularmente complexos, como é o caso da Síria⁸. Somam-se outros fatores, tais como: (i) a precariedade dos refugiados, agravada pela ação de traficantes, contrabandistas, milícias e terroristas que se aproveitam das fragilidades dos refugiados para reforçarem as suas forças bélicas (*ibid.*); (ii) os muros nas fronteiras devido à indiferença de muitos Estados (Jones, 2016); (iii) o aumento populacional; e (iv) o empobrecimento global (UN, 2015) face à crise financeira e socioeconómica, decorrente do sistema capitalista neoliberal. Consolida-se desta forma uma situação insustentável para a qual urge encontrar respostas.

Várias organizações, como o ACNUR, UNRWA, OCHA, FRONTEX, SECA, EASO, OIM,

incluindo organizações não-governamentais (ONG), trabalham no apoio aos refugiados, mas o problema mantém-se. Persistem múltiplas questões por resolver, como a distribuição dos alimentos, a falta de água, o acompanhamento psicológico, as diferenças culturais, étnicas e religiosas e/ou os assédios e violações sexuais⁹, sendo necessário encontrar outras formas e abordagens para responder ao problema.

Reflexões sobre a cidade

A reflexão sobre a cidade e os paradigmas urbanos, bem como o que se entende por cidade marginal, ajuda à compreensão do fenómeno da instalação dos refugiados e à identificação dos desafios que se colocam para melhorar a qualidade de vida nestes assentamentos humanos. A noção do direito à cidade ajuda a pensar nos serviços que os campos de refugiados devem ter e de como devem ser produzidos para serem cidade: incluindo os refugiados na sua apropriação e transformação.

A reflexão sobre os paradigmas de intervenção e os modelos urbanos subjacentes à Cidade Jardim de Howard (1996 [1902]) do dealbar do século XX, à Unidade de Vizinhança de Perry de 1920¹⁰, à Carta de Atenas de 1933 e, mais recentemente, à Nova Carta de Atenas de 1998/2003 (Kanashiro, 2004), ajudaram a pensar como garantir a melhoria da qualidade de vida e de habitabilidade dos refugiados. Também importa ter presente o debate sobre o tipo de malhas urbanas (Barata e Ferrão, 2005): ortogonal, radioconcêntrica ou orgânica. A referência aos bairros autoproductos (Raposo, 2016) ou ditos “informais” (Davis, 2006) e às débeis condições habitacionais de alguns destes espaços conduz à reflexão sobre o que os aproxima e distingue dos campos de refugiados, onde a situação tende a ser mais extrema. Quanto ao acolhimento dos imigrantes vulneráveis importa destacar os benefícios dos conhecimentos e das aptidões¹¹ (Oliveira, 2008), mas também as adversidades relacionadas com a corrupção¹², práticas violentas¹³ e problemas de

³ Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/> [Cons. 01/03/2017].

⁴ Disponível em: http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdokumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdokumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdokumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdokumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdokumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdokumentdirs_pi2%5Buid%5D=595 [Cons. 01/03/2017].

⁵ Disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html [Cons. 01/03/2017].

⁶ Disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html [Cons. 01/03/2017].

⁷ Disponível em: http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm [Cons. 01/03/2017].

⁸ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf> [Cons. 01/03/2017].

⁹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf> [cons. 01/03/2017].

¹⁰ Disponível em: <http://strates.revues.org/6656> [cons. 01/03/2017].

¹¹ Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408> [Cons. 01/03/2017].

¹² Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/04/08/quando-os-migrantes-em-italia-se-tornam-um-negocio/> [Cons. 01/03/2017].

¹³ Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/criancas-de-4-anos-raptadas-para-trafico-de-orgaos-5203304.html> [Cons. 01/03/2017].

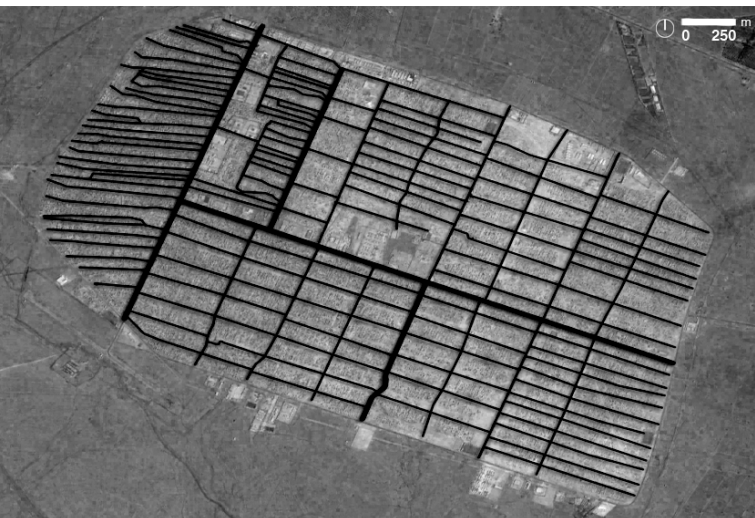
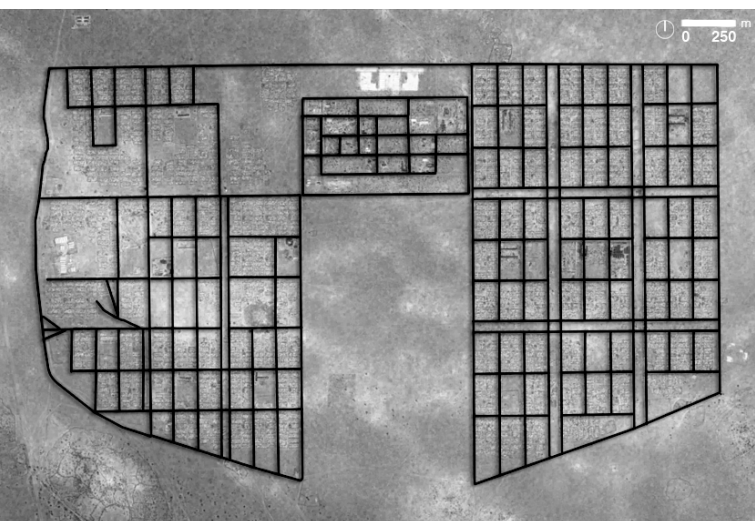


Imagem 1 - Campo de refugiados IFO 2, no Quênia, 24 Dezembro 2013

Imagem 2 - Campo de refugiados Zaatari, na Jordânia, 28 Julho 2014

Fonte: Adaptado pelo autor, com base no Google Earth [disponível em: <https://earth.google.com>, [Cons. 04/10/2016]]

(leitura de cima para baixo)

integração, como na Suécia¹⁴. Embora o Estado sueco tenha fornecido os mesmos recursos e programas educacionais aos refugiados da Bósnia e da Somália, os resultados foram distintos: enquanto os bósnios se integraram na sociedade sueca, os somalis sofreram formas de segregação socioespacial devido a motivos culturais ou ao seu baixo nível de habilitações literárias.

Quanto ao direito à cidade, importa reter o

sentido crítico e emancipatório que lhe atribui Lefebvre (1999 [1970], 2001 [1968]) e, mais recentemente¹⁵, Harvey (2012). Agier (2011, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b) faz a ponte entre este conceito e o direito à cidadania com a realidade dos campos de refugiados, onde o autor destaca uma dinâmica constante de “fazer cidade”, independentemente do Estado e das suas regras e leis governamentais. Nesta sequência, defende-se neste texto que os campos de refugiados devem ser desenvolvidos de forma a garantir uma melhor qualidade de vida, onde os cidadãos devem ser os atores diretos da produção e transformação do espaço.

Campos de refugiados

Os campos de refugiados pretendem ser uma resposta temporária face à chegada massiva de refugiados e apresentam geralmente falta de salubridade, escassez de equipamentos, ausência de espaço público e privado qualificado, entre outros. A grande maioria dos refugiados não tem acesso ao trabalho e ao ensino, agravando a sua relação de dependência e obrigando-os muitas vezes à mendicância (Costa, 2016). A inclusão na comunidade local também é difícil devido à discriminação social e cultural e, ainda, às barreiras linguísticas (*ibid.*).

Estes campos são planeados maioritariamente segundo malhas ortogonais, como as dos campos no Quênia, em IFO2, ou na Jordânia, em Zaatari (ver imagens 1 e 2). A malha ortogonal visa responder (i) à celeridade da ocupação, (ii) à rapidez de construção, (iii) aos meios disponíveis e (iv) ao custo de execução. Existem alguns exemplos de malhas orgânicas, como por exemplo, os implementadas no Chade, em Iridimi¹⁶ (ver imagem 3), na República Democrática do Congo, em Mungunga¹⁷, e no Haiti, em Parc Cadeau¹⁸. Estas situações podem estar relacionadas com a falta de planeamento inicial, com a ausência de um poder centralizador e/ou com a iniciativa das comunidades. Existem ainda exemplos de malhas híbridas, como a do campo Jabalia (ver imagem 4) na Faixa de Gaza, um dos mais antigos. Surgiu em 1948-49¹⁹ e perdura, tal como o conflito israelo-palestiniano que lhe deu origem.

As malhas ortogonais e as malhas híbridas acolhem mais pessoas e são planeadas para facilitar o desempenho da infraestrutura, enquanto as malhas orgânicas são implementadas sem recursos e sem

¹⁴ Entrevista ao arquiteto Per Iwansson em Março e Abril de 2016.

¹⁵ Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city> [cons. 01/03/2017].

¹⁶ Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2533> [Cons. 01/03/2017].

¹⁷ Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/4874> [Cons. 01/03/2017].

¹⁸ Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article6005817.html> [Cons. 01/03/2017].

¹⁹ Disponível em: <http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp> [Cons. 01/03/2017].

planeamento prévio, dificultando o seu desempenho. Em média, estes campos têm dezanove anos de existência, indicando uma longa permanência para situações que eram à partida temporárias. Segundo Kleinschmidt²⁰, em 2015 o tempo médio de um campo era de dezassete anos.

A síntese apresentada na tabela 1 permite identificar a escala e os valores despendidos com os campos de refugiados nos diferentes países. Os países com assentamentos mais antigos apresentam geralmente melhores resultados. A Turquia constitui uma exceção, pois os seus campos, devido ao enorme fluxo de refugiados sírios nestes últimos anos, apresentam condições particularmente débeis. A referência às despesas realizadas por cada país permite entender o valor muito reduzido aplicado nos abrigos e infraestruturas, rondando um vigésimo das despesas totais.

De acordo com os dados do gráfico 1, estima-se que, nos países estudados, o investimento em 2015, na construção de abrigos e infraestruturas, alcançou os 181 milhões de dólares, 5,5% das despesas finais. Também se observa um aumento gradual do financiamento, mas face à carência económica que o ACNUR enfrenta para os cuidados básicos, conclui-se que existe uma dependência entre o financiamento e os recursos disponíveis.

Apesar de alguns paralelismos, existe uma disparidade nas densidades populacionais e no índice de ocupação do solo, entre os maiores e menores campos, concluindo-se que os campos deverão ter uma área de implantação inferior, idêntica à dos aglomerados não planeados, e uma malha ortogonal ou híbrida como acontece nos aglomerados planeados.

Abrigos temporários para situações de emergência

Um abrigo temporário de emergência é um espaço provisório que visa conferir proteção, segurança, dignidade, privacidade, apoio psíquico e identidade aos seres humanos (Babister e Kelman, 2002). Todavia, nos abrigos convencionais (IASC, 2008), a proteção e a segurança estão garantidas, mas a dignidade e a privacidade apenas estão em parte, e a orientação psíquica e a identidade não são asseguradas. Neste sentido, considera-se que os abrigos vernaculares²¹, como no Quênia, em *Dadaab*²², apesar da sua precariedade, são os que melhor podem ajudar a completar estas carências.

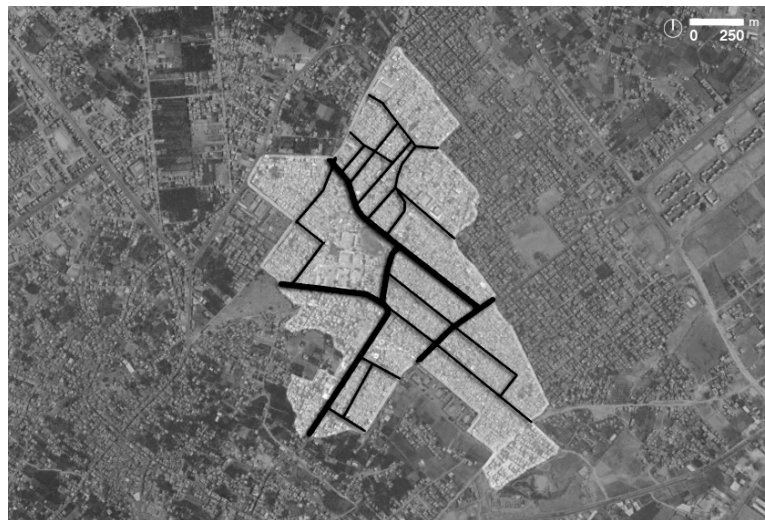
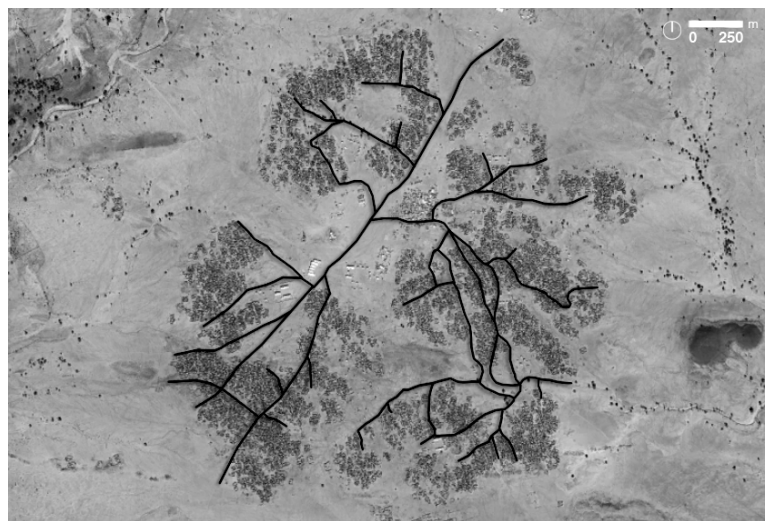


Imagem 3 - Campo de refugiados Iridimi, no Chade, 22 Novembro 2014

Imagem 4 - Campo de refugiados Jabalia, na Faixa de Gaza, 14 Junho 2007

Fonte: Adaptado pelo autor, com base no Google Earth (disponível em: <https://earth.google.com>, [Cons. 04/10/2016])

(leitura de cima para baixo)

Os espaços inclusos, como no Paquistão, nos subúrbios de *Lahore*²³, ou no Iraque, em *Erbil*²⁴, são cada vez mais recorrentes e acabam por acontecer devido à saturação dos refugiados, nomeadamente ao facto dos campos tenderem a tornar-se permanentes, em vez de temporários, e não reunirem o mínimo de condições para o desenvolvimento da vida humana ao longo de anos.

²⁰ Disponível em: <http://www.dezeen.com/2015/11/23/refugee-camps-cities-of-tomorrow-killian-kleinschmidt-interview-humanitarian-aid-expert/> [Cons. 01/03/2017].

²¹ Disponível em: <http://features.ion.int/stories/finding-shelter-together/> [Cons. 01/03/2017].

²² Disponível em: <http://sharingtheworldtogether.blogspot.pt/2011/07/famine-in-east-africa.html> [Cons. 01/03/2017].

²³ Disponível em: http://avax.news/fact/Daily_Life_in_a_Slum_on_the_Outskirts_of_Lahore_Pakistan.html [Cons. 01/03/2017].

²⁴ Disponível em: <http://fotospublicas.com/imagens-mostram-a-o-campo-de-refugiados-e-a-cidade-de-erbil-no-iraque/> [Cons. 01/03/2017].

Países:	Unidades	Quênia	Chade	R.D. Congo	Sudão	Faixa de Gaza	Jordânia	Turquia	Grécia
Descrição:									
Total População Deslocada	pessoa	615.112	474.478	2.701.921	3.735.966	1.258.559	689.053	2.754.540	100.000***
Base***	%	58	50	70	53*	100	100	100	100**
Abrigos Vulneráveis, (2013)	%	45	50	44	40*	-	75	-	5**
Acesso Ensino Primário	%	40	53	100	-	100	65	25	100**
Cuidados Primários de Saúde	%	80	100	95	70	-	90	50	100**
Orçamento Inicial Abrigos e Infra-estruturas	USD	25.587.120	5.712.242	24.799.236*	13.688.926	150.000.000	100.116.351	16.671.963	123.287.329**
Despesas Finais Abrigos e Infra-estruturas	USD	5.479.141	4.262.264	3.892.543*	7.561.084	-	8.810.246	6.075.476	-
Orçamento Inicial Totais	USD	251.196.114	171.278.787	196.120.069*	171.322.797	224.707.000	328.877.516	336.385.753	466.836.326**
Despesas Finais Totais	USD	101.036.382	75.373.437	82.897.935*	70.933.603	-	208.743.090	82.079.687	-
Carência Económica	%	60	56	58	59	-	37	76	-
Valor Aplicado Abrigos e Infra-estruturas	%	5	6	5	11	67	4	7	26

Tabela 1 - Países de acolhimento em 2015: dados²⁵ populacionais e financeiros (US Dólares)

Fonte: Elaborado pelo autor (Costa, 2016) com base em: *Dados de ACNUR 2014; **Dados de ACNUR 2016; ***Pontuação medida pelo desenvolvimento e apreciação das famílias que vivem em condições adequadas, segundo critério do ACNUR.

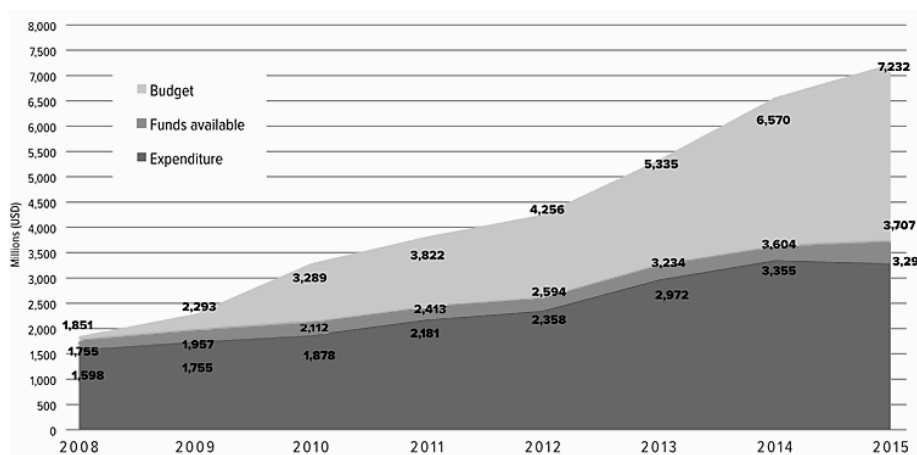


Gráfico 1 - Orçamento inicial, fundos disponíveis e despesas finais do ACNUR a nível mundial, de 2008 a 2015

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em UNHCR (disponível em: <http://www.unhcr.org/574ed5574.html> [Cons. 30/05/2016])

²⁵ Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2537?y=2015#year>; <http://reporting.unhcr.org/node/4874?y=2015#year>; <http://reporting.unhcr.org/node/2533?y=2015#year>; <http://reporting.unhcr.org/node/2535?y=2015#year>; <http://reporting.unhcr.org/node/2549?y=2015#year>; https://www.unrwa.org/sites/default/files/2014-2015_programme_budget_blue_book.pdf; <http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2015#year>; <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/RRMRP%20Europe%20Jan.-Dec%202016%20-%20Revision%20May%202016.pdf> [Cons. 01/03/ 2017].

Descrição:	Campos:	Unidades	IFO 2	Iridimi	Mugunga	Parc Cadeau	Jabalia	Zaatari
Abertura / Início dos Campos		data	07 / 2011	03 / 2004	-- / 1994	-- / 2015	-- / 1948	06 / 2012
População Acolhida		pessoa	46.334	19.400	5.397	820	110.000	79.335
Área de Solo (As)		ha	750	250	33	1	140	520
Área de Construção (ΣAc)		m2	770.880	414.642	88.489	3.614	1.176.470	887.051
Densidade Populacional (P)		hab. / ha	62	78	164	820	786	153
Índice de Ocupação do Solo (Io)		%	10	17	27	36	84	17
Área por Pessoa		m2	162	129	61	12	13	66

Tabela 2 - Cálculo aproximado de parâmetros urbanísticos³² em campo e acampamentos
Fonte: autor (Costa, 2016)

As novas soluções encontradas em *Sphere*²⁶, *RE:BUILD*²⁷, *Weaving a Home*²⁸, *Cross Hands Team*²⁹, entre outras, sugerem alguns melhoramentos, nomeadamente ao nível da funcionalidade e flexibilidade, dos processos construtivos e materialidade, das novas tecnologias e novos métodos construtivos e, ainda, da personalização e do melhoramento do espaço público e dos equipamentos.

Face à urgência de colmatar as carências ou dificuldades identificadas, o abrigo deve ter uma lotação inferior ao indicado, quer seja nos padrões do ACNUR³⁰, indicadores do Projeto Esfera³¹, ou do apurado na observação direta na Grécia. Os aspetos técnicos também devem ser tidos em consideração, tendo em conta os cuidados básicos, a temperatura de conforto, a segurança contra fumos tóxicos e incêndios e a prevenção de doenças.

Proposta conceptual

A proposta que aqui se apresenta privilegia o domínio disciplinar da arquitetura e do urbanismo, mas integra outros saberes como a educação, a

saúde, o trabalho, a inclusão, a comunicação, a mobilidade, a economia, a gestão, a segurança e o asilo em países terceiros. Considera-se a organização da proposta de campo numa linha de tempo, configurando aquilo a que o autor chamou de “cidade instanciada” (Costa 2016).

A proposta inclui os conteúdos programáticos de um campo de refugiado corrente, mas organiza-os de forma distinta, incorporando a aptidão polissémica de inventar sempre que necessário para resolver uma situação que surja. O maior contributo desta proposta é passar da conceção de espaço temporário para permanente e, posteriormente, para inexistente ou persistente, em função do contexto geopolítico. Visa-se desta forma criar um espaço diversificado socioculturalmente, alicerçado na autossustentabilidade e na autossuficiência, com o reaproveitamento de todos os recursos utilizados. Os esquemas associados à linha do tempo estão interligados entre si, de forma a se poder criar uma solução *bottom-up*, que integre os conhecimentos das teorias, conceitos e formas urbanas da cidade.

O trabalho e a educação são os fatores-chave. O modelo incorpora a criação de espaços que permi-

²⁶ Disponível em: <http://www.igreenspot.com/the-sphere-by-felix-stark/> [Cons. 01/03/ 2017].

²⁷ Disponível em: <http://www.archdaily.com/770749/escuelas-modulares-de-andamios-y-arena-permiten-educar-a-los-ninos-refugiados-en-jordania> [Cons. 01/03/ 2017].

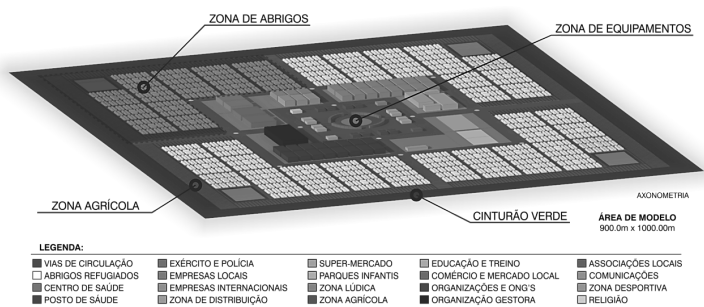
²⁸ Disponível em: <http://www.aberseikaly.com/weavinghome.php>, consultado em Março de 2017.

²⁹ Disponível em: <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/14251/arquitectas-portuguesas-desempregadas-querem-ajudar-refugiados-da-siria> [Cons. 01/03/2017].

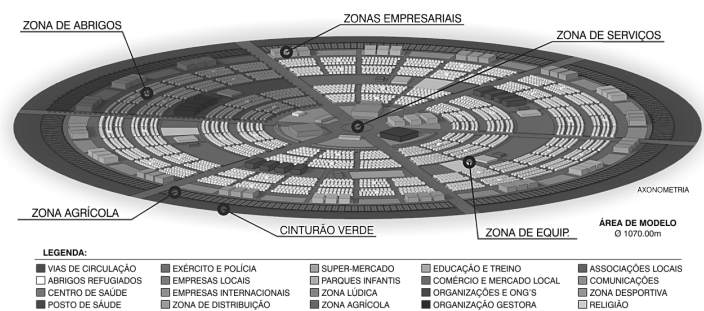
³⁰ Disponível em: <http://www.humanitarianlibrary.org/resource/camp-planning-guidelines-incomplete-draft> [Cons. 01/03/2017].

³¹ *Ibid.*

³² Disponível em: <http://data.unhcr.org/horn-ofafrica/settlement.php?id=22&country=110®ion=3>. 31 Maio de 2016; <http://iridimi.blogspot.pt/p/campdata.html>; <http://natarajasfoot.blogspot.pt/2015/04/drc-part-iii-mugunga.html>; <http://www.nytimes.com/2016/01/17/magazine/haitians-in-exile-in-the-dominican-republic.html>; <http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp>; <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&country=107®ion=77>. 1 Junho de 2016, [Cons. 01/06/ 2016].



misto para a construção dos abrigos e infraestruturas pelos próprios refugiados e por equipas e empresas especializadas localmente, de forma a proporcionar rendimentos económicos para os refugiados e para a comunidade local. Prevê-se uma tecnologia mista de sistemas combinados, através de processos e soluções industrializadas apoiadas na autoconstrução, de acordo com o manual PASSA³⁴.



As estimativas de custo para a implementação das propostas ortogonal e radioconcêntrica permitem comparar os custos dos dois modelos com uma área idêntica, mas geometrias distintas. A malha ortogonal permite uma densidade populacional e construtiva superior, bem como um custo inferior, por permitir maior rapidez de execução e uma redução dos meios necessários. A malha radioconcêntrica, embora seja mais dispendiosa, poderá permitir uma melhor qualidade de vida a médio prazo, por ter espaços verdes mais generosos e maior possibilidade de zonas de expansão para usufruto da comunidade.

Imagem 6 - Modelo de malha conceitual ortogonal

Fonte: Costa, 2016

Imagem 7 - Modelo de malha conceitual radioconcêntrica

Fonte: Costa, 2016

(leitura de cima para baixo)

tam às grandes empresas internacionais conseguir mão-de-obra qualificada, mas defendem-se outras abordagens, como as utilizadas pelo *Barefoot College*³³, com serviços técnicos sustentáveis que incorporem os próprios produtores e comunidades, onde se aprenda para depois ensinar visando ultrapassar-se, por exemplo, as barreiras linguísticas e facilitar a inclusão na comunidade local.

O modelo ortogonal e radioconcêntrico pode ser implementado em diferentes contextos geomorfológicos e visa criar embriões urbanos com o mínimo de dignidade, que contribuam para o direito à habitação e à cidade. Toda a organização espacial é centrada nas necessidades elencadas, dando origem a um local inclusivo com oportunidades para um novo começo de vida. Quando a lotação ficar completa, propõe-se a criação, na proximidade, de outro modelo idêntico, tal como proposto nas cidades-satélite de Howard. A rede elétrica e o abastecimento de água e saneamento integrarão preferencialmente energias e tecnologias alternativas, como as energias solar e eólica e o biogás. No caso de não ser viável, recorre-se ao método convencional, ETA e ETAR.

Propõe-se um sistema de autoconstrução e

O diagrama temporal identifica as diferentes fases associadas à execução do abrigo com características mais permanentes. Ressalta-se a escolha de diferentes tipos de abrigo, como se pode observar na fase de variações. A possibilidade de expansão habitacional visa proporcionar um espaço flexível e adaptável a futuras ampliações. Estes desenvolvimentos dependem do número de pessoas, das comunidades e das culturas, sendo o espaço adaptável às suas necessidades e práticas sociais.

Os detalhes das soluções apresentadas são meros ensaios, nos quais se identificam diferentes materiais e possibilidades de construção, quer sejam industrializados ou gerados localmente. Qualquer destas soluções tem o coeficiente de transmissão térmica (U) cinco vezes superior ao dos abrigos convencionais, à exceção dos contentores com isolamento térmico.

Considerações finais

Questionando-se o papel da arquitetura e do urbanismo no acolhimento dos refugiados, nomeadamente na conquista dos direitos à cidadania e à cidade, esta reflexão colabora no ensaio de modelos territoriais de acolhimento. O investimento que tem sido efetuado pela comunidade internacional e pelos países de acolhimento onde existem campos de refugiados contrasta com a falta de condições de salubridade, de saneamento e de abastecimento de água, os deficientes espaços públicos e equipamentos e ainda os problemas de inclusão e integração dos refugiados. Entende-se que esse esforço finan-

³³ Disponível em: <https://www.barefootcollege.org/> [cons. 01/03/ 2017].

³⁴ Disponível em: <http://www.ifrc.org/PageFiles/95526/publications/305400-PASSA%20manual-EN-LR.pdf> [Cons. 01/03/ 2017].

Ítem	Descrição	Unidades	Quantidades	Valor Global (€)	% Valor Global	
Solução Ortogonal						
Encargos	Urbanização	Movimento de Terras	m3 solo	243.000	2.430.000	6,08
		Infra-estruturas	m2 solo	225.000	15.750.000	39,40
		Áreas Verdes	m2 solo	18.000	540.000	1,35
		Áreas Agrícolas	m2 solo	153.000	1.530.000	3,83
Edificado	Abrigos	un abc	5.824	10.774.400	26,95	
	Equipamentos Públicos	m2 abc	40.500	6.075.000	15,20	
	Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	28.800	2.880.000	7,20	
Total dos Custos				39.979.400 €	100%	
Proveitos	Arrendamento Anual	Abrigos	un abc	5.824	698.880	65,12
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	28.800	374.400	34,88
	Total de Receitas de Arrendamento				1.073.280 €	100%
	Venda	Abrigos	un abc	5.824	10.774.400	55,50
Comércio, Indústria e Serviços		m2 abc	28.800	8.640.000	44,50	
Total de Receitas de Vendas				19.414.400 €	100%	
Saldo (custos - receitas de vendas)				20.565.000 €	100%	
Valor dividido pelo tempo de execução do Programa (10 anos)				2.056.500 €	10%	
Solução Radioconcêntrica						
Encargos	Urbanização	Movimento de Terras	m3 solo	378.000	3.780.000	8,11
		Infra-estruturas	m2 solo	333.000	26.640.000	57,18
		Áreas Verdes	m2 solo	45.000	1.350.000	2,90
		Áreas Agrícolas	m2 solo	99.000	990.000	2,12
Edificado	Abrigos	un abc	3.342	6.182.700	13,27	
	Equipamentos Públicos	m2 abc	36.000	5.400.000	11,59	
	Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	22.500	2.250.000	4,83	
Total dos Custos				46.592.700 €	100%	
Proveitos	Arrendamento Anual	Abrigos	un abc	3.342	401.040	57,83
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	22.500	292.500	42,17
	Total de Receitas de Arrendamento				693.540 €	100%
	Venda	Abrigos	un abc	3.342	6.182.700	47,81
Comércio, Indústria e Serviços		m2 abc	22.500	6.750.000	52,19	
Total de Receitas de Vendas				12.932.700 €	100%	
Saldo (custos - receitas de vendas)				33.660.000 €	100%	
Valor dividido pelo tempo de execução do Programa (10 anos)				3.366.000 €	10%	

Tabela 3 - Estimativa³⁵ orçamental da solução ortogonal e radioconcêntrica

Fonte: Costa, 2016

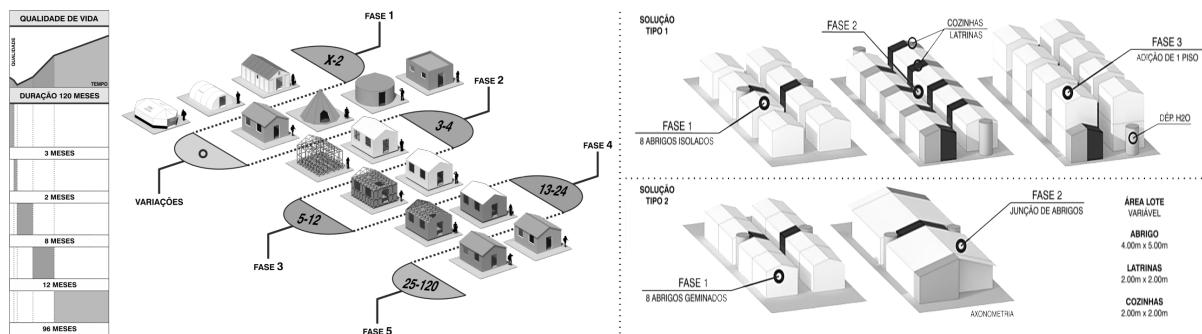


Imagem 8 - (A) Diagrama temporal de execução de programa;

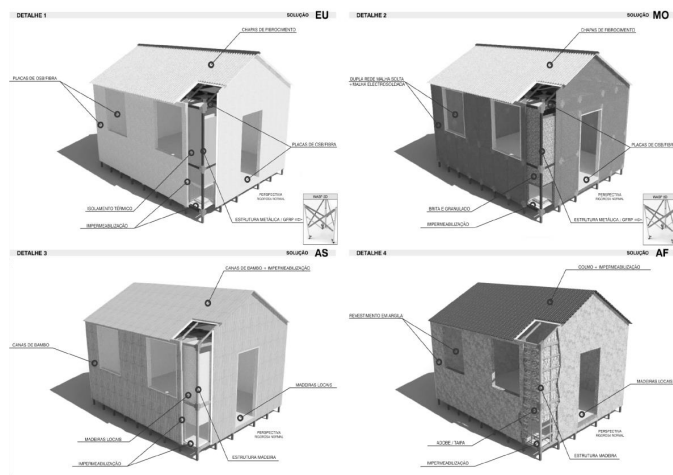
(B) possíveis expansões habitacionais

Fonte: Costa, 2016

Imagem 9 - Detalhe construtivo da solução EU, MO, AS e AF

Fonte: Costa, 2016

(leitura de cima para baixo)



³⁵ Os dados apresentados são de acordo com os padrões Portugueses e os valores inscritos nesta tabela são aproximações ao mercado Português.

ceiro poderia ser melhor aplicado na criação de espaços sustentáveis que permitissem uma melhor qualidade de vida e melhores condições de habitabilidade a curto e médio/longo prazo.

O aperfeiçoamento do abrigo temporário, de acordo com as características indicadas pelas organizações ou Estados, não será suficiente para dar comodidade para quem tem que viver em condições “temporárias” durante anos. É necessário uma nova abordagem que aposte na permanência num espaço de média/longa duração. Esta aposta assenta num urbanismo operativo, evolutivo e participado, de resposta rápida e com soluções autossustentáveis, apoiadas em modelos morfotipológicos já ensaiados, visando garantir o direito à cidadania e à cidade.

A proposta apresentada procura promover uma alternativa viável aos atuais campos de refugiados e uma mais-valia para os refugiados e para o país de acolhimento, refletindo-se numa melhoria da qualidade de vida, independência, qualificação e rentabilização do espaço urbano, conhecimentos partilhados, mão-de-obra qualificada, multiculturalidade e, a médio prazo, redução de investimento pela comunidade internacional e aumento do PIB no país de acolhimento.

As maiores limitações deste estudo prendem-se com a inexistência de um ensaio prático da proposta e a dependência de outros domínios disciplinares, podendo determinar que a solução não alcance os resultados previstos. O desenvolvimento e concretização deste ensaio conceitual requerem uma maior recolha e análise de dados documentais e bibliográficos, bem como empíricos, através de visitas aos campos de refugiados existentes e, por outro, a verificação da exequibilidade do modelo, em diferentes contextos.

Referências bibliográficas

- ACNUR (2000), *A situação dos refugiados no mundo: Cinquenta anos de ação humanitária*, Almada: A Triunfadora. Artes gráficas.
- Agier, Michel (2011), *Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos*, São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Agier, Michel (17/10/2014a), *Da etnografia das margens à antropologia da cidade*, Conferência no Colégio Brasileiro de Altos Estudos CBAE/UFRJ, no quadro do programa da cátedra francesa do consulado da França, Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Antropologia.
- Agier, Michel (2014b), *Un monde de camps*, Paris: La Découverte.
- Agier, Michel (2015a), “O direito à cidade ao

fazer-cidade: O antropólogo, a margem e o centro”, *Mana*, Vol. 21, n.º 3.

- Agier, Michel (2015b), *Migrações, descentramento e cosmopolitismo: Uma antropologia das fronteiras*, São Paulo / Maceió: Unesp/Ufal.
- Babister, Elizabeth; Kelman, Ilan (2002), “The emergency shelter process with application to case studies in Macedonia and Afghanistan”, *Journal of Humanitarian Assistance*, pp. 1-64.
- Barata Salgueiro, Teresa; Ferrão, João (coords.) (2005), *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades*, Vol II, Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Costa, Márcio (2016), *Problemas que ninguém quer: Arquitetura e urbanismo na solução da problemática dos refugiados* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura), Lisboa: FAUL.
- Davis, Mike (2006), *Planet of Slums*, Londres, Nova Iorque: Verso.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, Londres, Nova Iorque: Verso.
- Howard, Ebenezer (1996 [1902]), *Cidades-Jardins de amanhã*, São Paulo: Hucitec.
- IASC (2008), *Selecting NFIs for Shelter*, Geneva: IASC Emergency Shelter Cluster.
- Jones, Reece (2016), *Violent Borders: Refugees and the Right to Move*, Londres, Nova Iorque: Verso.
- Kanashiro, Milena (2004), “Da antiga à nova Carta de Atenas: Em busca de um paradigma especial de sustentabilidade”, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.º 9, pp. 33-7.
- Lefebvre, Henri (1999 [1970]), *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte: UFMG.
- Lefebvre, Henri (2001 [1968]), *O direito à cidade*, São Paulo: Centauro.
- Oliveira, Nelson (2008), “A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda”. *VI congresso Português, Mundos Sociais: Saberes e Práticas Sociologia*, 25 a 28 Junho 2008, Lisboa: UNL/FCSH, 17.
- Raposo, Isabel (2016), “Marginal urban areas: A new global phenomenon needs new ways of thinking and intervening, Lisbon Metropolitan Area (Portugal)”, em Ognen Marina e Alessandro Armando (eds.), *Inclusive/Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project: Skopje, pp. 48-71.
- Trier, Jean (1995), *Alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados. Organizações que ajudam o Mundo*, Lisboa: Edinter.
- United Nations (2015), “Department of Economic and Social Affairs, Population Division”, *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*. United Nations Publication, ST/ESA/SER.A/366, pp. 21-88.